



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**8ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas**

Resumo da Ata

**15 de abril de 2011**  
**Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B**  
**Ed. Marie Prendi Cruz**  
**Brasília - DF**

Aos quinze dias do mês de abril de 2011, na Sala T13 Térreo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a oitava Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Ana Paula Leite Prates, Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

## **1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO**

- Ana Paula Leite Prates- SBF/MMA
- Débora Calheiros – Rede Pantanal
- Jean Franco Schmitt - IBAMA
- Kleber Souza dos Santos – MAPA
- Larissa Costa – MRE (Itamaraty)
- Leandro Vatlentim – SMCQ/ MMA
- Luis Preto – ANA
- Maria Iolita Bampi – ICMBio
- Maurício Pompeu – SRHU/MMA
- Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar Brasil

## **2. OBSERVADORES**

- Agnes Velloso – Consultora
- Daniel Penteado - ICMBio
- Ellen Silva Amaral Figueiredo – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
- Esther C. Blumenfeld – DAP/SBF/MMA
- Jair Silva – ANA
- Maria Raquel de Carvalho – Ponto Focal Técnico da Convenção de Ramsar
- Rafael Magris - ICMBio
- Raoni Japiassu Merisse – PARNA Araguaia
- Ricardo Brasil Choueri – ANA
- Roberto Gallucci – SBF/MMA

## **3. ABERTURA**

**Braúlio Ferreira de Sousa Dias**, Secretário de Biodiversidade e Florestas e Presidente do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, deu as boas vindas a todos e comentou sobre aspectos importantes do Plano Estratégico da CDB (2011-2020) que é um importante referencial, inclusive para as ações relacionadas às zonas úmidas. Braúlio Dias também fez referência à expectativa de avanço em instrumentos de conservação em áreas protegidas na parte aquática, continental e marinha, dando maior ênfase ao SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Mencionou ainda a importância da Rio +20 no próximo ano e destacou a relevância da revisão do Código Florestal, inclusive para a fauna aquática. O Secretário comentou sobre a necessidade de desenvolvimento de mecanismos que realmente promovam sua implementação e que facilitem para os produtores essa implementação, essa adequação, regularização, em relação aos aspectos previstos no Código de proteção ao meio ambiente.

**Ana Paula Leite Prates (SBF/MMA)** explicou a agenda da reunião e comentou sobre o material de comemoração do Dia Mundial das Zonas Úmidas (2 de fevereiro) de 2011, além do material confeccionado pela Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros para a divulgação da Convenção de Ramsar juntos aos Sítios Ramsar. Relatou a participação do Brasil na comemoração de 40 anos da Convenção de Ramsar que aconteceu no México, onde foi possível a divulgação do fortalecimento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

Mencionou a entrega do prêmio em comemoração ao aniversário da Convenção, ocasião na qual a RDS Mamirauá foi premiada na categoria de atividades de manejo.

**Ana Paula (SBF/MMA)** ainda mencionou outras ações, como o intercâmbios entre os gestores dos Sítios Ramsar, a capacitação desses gestores, a criação das Comissões Técnicas, como a de Recifes de Coral, que ainda não se reuniu, a Comissão Técnica sobre Critérios para Designação de Sítios Ramsar, que está em sua segunda reunião, e a possibilidade da criação da Comissão Técnica sobre Manguezais. **Ana Paula** complementou informando o prazo de entrega do Relatório Nacional ao Secretariado de Ramsar.

**Maria Raquel de Carvalho** apresentou um panorama de todas as atividades que foram desenvolvidas junto aos gestores dos Sítios Ramsar no ano de 2010. **Raquel** ainda complementou com as informações sistematizadas da 2ª Reunião da Comissão Técnica sobre Critérios para Designação de Sítios Ramsar. Informou ainda que nessa ocasião houve a discussão dos critérios utilizados para a análise de áreas prioritárias e posteriormente usados para áreas prioritárias para conservação de zonas úmidas. Quanto à qualificação das áreas, a discussão consistiu em avaliar se seria mais importante um sítio ter uma variedade de ambientes representados nos seus limites ou ter uma grande área de um determinado ambiente bem representado. Esse tipo de critério servirá mais como uma caracterização posterior às áreas escolhidas como prioritárias para designação de Sítios Ramsar. Informou ainda que as IBAS (Áreas Importantes as Aves), assim como as KBAs para peixes continentais (Áreas Chave para conservação de Peixes) foram utilizadas como critério para o recorte dessas áreas. Complementou que Rafael Magris (ICMBio) contribuirá com as informações sobre espécies ameaçadas. Informou que o tema “Mudanças Climáticas” deverá estar presente no documento inteiro, deverá estar presente não somente como um critério. Em relação às informações sobre Populações Tradicionais, concluiu-se que deverão ser adicionadas posteriormente como caracterização das áreas a serem designadas. **Raquel** complementou que a lista corresponde a 32 áreas, com 12 áreas terrestres e 20 áreas marinhas costeiras, entre unidades federais e estaduais.

**Yara Shaeffer Novelli (Rede MangueMar)** ressaltou a importância da contribuição dos dados de peixes marinhos do Programa REVIZEE e se comprometeu de entrar em contato com Carmen Wongtschowski, uma das coordenadoras nacionais do Programa. **Yara** ainda comentou sobre a contribuição de Paulo Petry (TNC) que chamou atenção para questões como resiliência, representatividade biológica, representatividade em termos de bioma que devem ser incorporadas na análise dessas áreas.

**Raquel** complementou que informações referentes às áreas de recarga de aquífero também serão interessantes, mas até o momento não estão disponíveis. O Cadastro de Unidades de Conservação também pode ser utilizado para padronização e consulta de informações.

**Débora Calheiros (Rede Pantanal)** mencionou a relevância das questões das comunidades que estão no entorno dependentes dos recursos dessas áreas.

**Iolita Bampi (ICMBio)** parabenizou a equipe e questionou sobre o prazo de conclusão dessa discussão.

**Raquel (GBA/MMA)** respondeu que a Comissão tem prazo prorrogável de 2 anos e talvez a solução sejam reuniões não presenciais para que o objetivo dessa Comissão seja finalizado.

**Yara (RedeMangueMar)** complementou sugerindo uma periodicidade para revisão dos critérios utilizados.

**Ana Paula** elogiou o trabalho da Comissão Técnica e comentou sobre a intenção de realizar ainda uma reunião da referida Comissão Técnica no segundo semestre para apresentar os resultados finais até outubro de 2011 na próxima Reunião do CNZU. Concordou ainda com o caráter periódico que a Comissão deve ter, a exemplo do que foi feito com as Áreas Prioritárias para Conservação.

**Iolita (ICMBio)** sugeriu que os resultados da Comissão Técnica sejam encaminhados

pela ministra aos Governos dos estados e ao Governo Federal, como sendo, de fato, uma política de governo, uma estratégia do próprio Ministério.

**Ana Paula (MMA)** concordou e lembrou que entidades como a ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente) e SBL (Sociedade Brasileira de Limnologia) que fazem parte do CNZU também podem contribuir para a divulgação dessa informação. Informou também que esses resultados da Comissão também deverão ser apresentados na COP 11 de Ramsar que se realizará de 19 a 26 de junho de 2012.

**Leandro Valentim (SMCQ)** comentou que achou interessante essa abordagem de colocar a questão da mudança climática permeando todo o assunto. Colocou-se ainda à disposição para possíveis colaborações futuras.

**Yara** citou a abordagem de Manguezais como florestas no material comemorativo do Dia Mundial de Zonas Úmidas – 2011 e sugeriu que fosse complementado com texto que mencionasse as outras feições do Manguezal, como os apicuns, por exemplo.

**Daniel Penteado (ICMBio)** realizou apresentação sobre o Projeto Manguezais do Brasil (GEF Mangué). E apresentou também a proposta de criação no âmbito do Comitê de Zonas Úmidas dessa Comissão Técnica de Manguezais.

**Yara** fez comentários sobre o histórico do Projeto GEF Mangué que iniciou em 1992. Perguntou quem está coordenando a metodologia envolvida no projeto envolvendo valoração em uma RESEX no Pará. Informou também que o Ministério Público do Estado de São Paulo acaba de criar um grupo de trabalho específico para a valoração monetária, o qual está sob sua coordenação, no qual está havendo constatação da multiplicidade de métodos de valoração.

**Daniel** respondeu que o ICMBio possui um termo de referência pronto para essa questão de valoração de manguezais, informou ainda que há a intenção de implementar os estudos em áreas-piloto como Reentrâncias Maranhenses e Piauí, entre outras. Ponderou que a diversidade de manguezais, com diferentes situações ambientais dificultam a adoção de uma metodologia e que talvez a solução fosse a adoção de várias “receitas” ou de uma “receita” flexível. Complementou que o CNPT- Centro Nacional de Populações Tradicionais, é um centro voltado para pesquisas socioeconômicas que pertence ao ICMBio, ao Instituto Chico Mendes, de conservação da biodiversidade e a sede do CNPT é que se localiza no Maranhão. Anteriormente o CNPT era um centro especializado que fazia gestão de UC, diferente de todos os outros centros, com a criação do Instituto Chico Mendes, houve a necessidade de adaptá-lo à lógica dos centros especializados do instituto. Um dos motivos para a sede do CNPT ter ido para o Maranhão é essa proximidade com o ecossistema manguezal.

**Yara** complementou com as informações de estudos, entre dissertações e teses desenvolvidas com o tema valoração na Universidade de São Paulo e na Universidade de Maryland.

**Luis Preto (ANA)** contextualizou os objetivos da Agência Nacional de Águas, informando haver interesse em contribuir mais nas Comissões Técnicas, inclusive a Comissão Técnica sobre Manguezais.

**Ana Paula** concordou com a colocação de Luis e concluiu ser bem vinda as contribuições futuras da ANA nas Comissões.

**Maurício Pompeu (SRHU)** também interpreta como positiva a inserção da ANA na Comissão, pois há outras discussões ocorrendo no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a articulação entre gestão de recursos hídricos com a zona costeira, o Programa de Zona Costeira, cujo objetivo é exatamente a integração, articulação entre gestão de recursos hídricos com a zona costeira.

**Roberto Gallucci ( SBF/MMA)** perguntou se não é o caso talvez de ampliar talvez a participação de alguns setores, como o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e ICMBio, já que é uma Comissão Técnica, que não precisa ter representação paritária. Manifestou ainda preocupação com a representação da indústria e comércio do setor pesqueiro, visto que já há a representação dos pescadores artesanais. Complementou as informações sobre a cadeia produtiva do pescado podem se ponderadas pelo MAPA.

**Iolita** ponderou que devido aos altos custos para a realização de reuniões e com a perspectiva da participação de especialistas na Comissão, quando necessário, a Comissão realmente deveria comportar somente as representações necessárias.

**Luis Preto** discordou quanto à retirada da representação da indústria e comércio no setor pesqueiro, pois representam interesses diversos dos pescadores e dos extrativistas.

**Yara** concorda com **Roberto Gallucci** quanto à proposta de não haver vaga para a indústria e comércio, pois são setores que podem não estar necessariamente envolvidos com o setor pesqueiro, além da falta de envolvimento com o ecossistema manguezal. Exemplificou ainda o caso da colocação de balsas de cultivo de organismos marinhos em áreas extremamente frágeis como o Saco do Mamangá, no litoral fluminense.

**Kleber Santos (MAPA)** mencionou que os assuntos que serão discutidos na Comissão Técnica, como a questão dos pagamentos por serviços ambientais, por serem questões muito específicas e técnicas devem ocorrer num âmbito mais direcionado e que um número excessivo de representações poderia dificultar o andamento das discussões.

**Daniel** concordou com **Roberto Gallucci** sobre a lógica da representação mais ampliada em relação aos pescadores artesanais e mais específica em relação aos extrativistas, como os catadores de caranguejo.

**Ana Paula** concordou com a colocação de **Daniel** e complementou que a representação da indústria e comércio, por não estar realmente envolvida com os manguezais pode ficar muito dependente do representante.

**Raoni Japiassu (Parna Araguaia – ICMBio)** discordou e comentou que a representação do setor produtivo, e não apenas os interesses de pescadores pode contribuir para as discussões dentro da Comissão Técnica.

**Jean Franco** sugeriu que devesse haver representação do setor produtivo ligado à aquicultura em áreas de manguezal.

**Ana Paula** esclareceu que o principal foco da Comissão é o GEF Mangue, embora não seja o único, e seu objetivo é a elaboração de um Programa Nacional de Conservação dos Manguezais, então sugeriu que o foco fosse voltado aos benefícios dessas áreas de manguezais, pensando nesse plano de conservação. Complementou que o setor de aquicultura poderia ser incluído de acordo com os próprios interesses do Ministério da Pesca que vai estar representado.

**Ana Paula** ainda complementou que as indicações devem corresponder a instituições reconhecidas, como o caso da Rede MangueMar e da FBOMs. Sugeriu a retirada da Comissão Técnica Nacional, deixando a representação dos extrativistas com duas cadeiras: os pesquisadores e os extrativistas.

**Ellen Amaral (Instituto Mamirauá)** realizou apresentação sobre o Manejo de Pesca nas RDS's Mamirauá e Amanã: Principais avanços, desafios e perspectivas, iniciativa que ganhou o concurso promovido pela Convenção de Ramsar na categoria Manejo por ocasião da comemoração dos 40 anos da Convenção.

**Débora** perguntou como a variação natural em relação às secas e cheias afetam o monitoramento.

**Ellen** respondeu que por conta da grande seca do ano passado, o instituto Mamirauá vai gerar um volume da revista Acari, que é a nossa revista científica, só sobre os efeitos da seca de 2010 nas diversas atividades. Complementou que a avaliação sempre é feita através da relação entre o nível de água e o desembarque, mas como a pesca é muito específica, não existe padrão. Mas, como todo monitoramento em longo prazo que é diário, ele tem muitas lacunas. Então, paralelamente, estamos tentando formas de avaliar o quanto são consistentes as informações.

**Raoni** mencionou que no Parque Nacional do Araguaia, foi iniciado um trabalho de manejo de pesca também, inclusive de pirarucu, com alguns complicadores a mais, de ser áreas sobrepostas, de ter o histórico de conflitos extenso, mas a principal é ter um corpo técnico reduzido do Instituto de Educação Técnica do Tocantins, o IFTO. Indagou como a

pesquisa e o programa são organizados.

**Ellen** comentou que sua equipe é grande e o Instituto Mamirauá tem o objetivo de testar as experiências, para já trazer o modelo de como fazer, para facilitar para as outras áreas que não têm tantos recursos, para que haja a multiplicação dessas experiências.

**Larissa Costa (Itamaraty)** explicou os principais pontos da reforma administrativa que a Convenção de Ramsar tem discutido, que engloba a possível migração da Convenção para o sistema ONU. Explicou ainda a dificuldade de clareza para avaliar as vantagens e desvantagens dessa migração, que parece que vai ocorrer de qualquer modo. Mencionou também a importância da Rio+20, que é o evento que vai acontecer logo após a COP de Ramsar, em junho, e que se pretende ser um evento aberto à sociedade civil considerada de maneira ampla para além da conferência mesmo das Nações Unidas. Citou que a ideia é que o evento seja organizado em várias plataformas, incluindo encontros abertos com academia, com empresariado, com ONGs, movimentos sociais, enfim, sobre uma série de temas e acho que seria importante a articulação aqui para trabalhar o tema de zonas úmidas, água em geral vai ser um tema acredito muito trabalhado e acho zonas úmidas neste contexto também, para além do contexto de florestas, e de biodiversidade.

**Ana Paula** mencionou a importância do entendimento dos principais pontos da possível migração da Convenção para o sistema ONU e comentou que a Conselheira das Américas - Maria Rivera chamou os pontos focais dos países para uma reunião paralela, que onde foi apresentado para nós um relatório feito pelo secretariado, mencionando as desvantagens para se transferir para o PNUMA, possivelmente uma estrutura mais burocrática. Mencionou ainda que a participação dos Estados Unidos na Convenção na situação atual, contribuindo com o *Wetlands for the Future*, importante fundo para os países americanos, talvez fosse conflituosa num sistema ONU.

**Kleber Santos** comentou sobre a temática economia verde da Rio+20 e das iniciativas que o MAPA juntamente com o MDA tem nessa área. Sugeriu ainda que na próxima reunião do CNZU sejam pautados os temas da COP11 como possíveis “pré-resoluções”.

**Larissa** esclareceu que o tema central da COP 11 é “Zonas Úmidas e Turismo”, sendo que a maioria das discussões e das apresentações vai acontecer em torno deste grande tema.

**Ana Paula** esclareceu que na próxima reunião do Comitê ocorrerá o trabalho sobre o Informe Nacional e que seria interessante trazer pontos de discussão sobre a COP11.

**Raquel Carvalho** apresentou as datas das reuniões e os prazos de entrega do Informe. E complementou informando as principais características do Informe e seus objetivos.

**Ana Paula** esclareceu que serão combinados prazos para que as contribuições sejam entregues.

**Raquel** sugeriu o prazo de 15 de maio para o envio de contribuições dos membros do CNZU ao Informe Nacional.

**Rafael Magris** perguntou se o prazo é para o envio da informação ainda destacada desse relatório ou já incluída no modelo do relatório.

**Raquel** esclareceu que o envio da informação deve levar em conta o formato do relatório, além disso, a informação deve trazer referências completas.

**Rafael** perguntou se as informações só serão referentes aos Sítios Ramsar já designados.

**Ana Paula** respondeu que não, as questões tratam dos Sítios, mas também de zonas úmidas em geral e principalmente pontos referentes à implementação da Convenção no Brasil.

**Ana Paula** e **Agnes** questionam sobre a tradução do texto e acordam com a concordância de todos que a Agnes poderá fazer a primeira versão em inglês, mas as contribuições de vcs poderão ser em português.

**Raoni** questionou se as contribuições devem ser apresentadas como relatórios individuais de casa Sítio ou o envio seria em conjunto.

**Raquel** respondeu que o ideal seria a centralização dessas informações no

representante dos Sítios Ramsar.

**Ana Paula** informou ainda sobre a atualização das Fichas Ramsar que estão em fase de finalização e serão encaminhadas brevemente, antes do Informe Nacional.

**Ana Paula** pediu contribuições para a proposta de Recomendação sobre as hidrelétricas.

**Raquel** comentou que a necessidade da recomendação surgiu quando foram identificadas ameaças nos ambientes aquáticos tanto no Pantanal, como no Araguaia e Maranhão.

**Ana Paula** comentou que está sendo realizada uma força tarefa para tentar fazer um estudo para as áreas da Bacia do Tapajós que já estão com sete hidroelétricas planejadas, nas quais três delas afetam diretamente Unidades de Conservação.

**Débora** contextualizou a problemática na região do Pantanal e lembrou que no caso do Araguaia é para irrigação das plantações de arroz.

**Luis Preto** esclareceu que as hidrelétricas que solicitaram outorga pelo uso de recursos hídricos antes de 2003, não foram concedidas pela ANA e complementou que a ANA, quando analisa pedidos de outorga, pode estabelecer vários condicionantes, desde que todos sejam fundamentados. As atribuições do IBAMA no licenciamento envolvem outras competências. Completou dizendo que o entendimento dessa complexidade é fundamental para a compreensão e formulação de uma estratégia para o CNZU.

**Raoni** destacou a situação do Médio Araguaia, onde existe o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina, possivelmente do mundo, que chama Projeto Rio Formoso e é o mesmo sistema do armazenamento de água para hidroelétrica, para uso do período seco, o que afeta radicalmente o curso de água do Rio Formoso, que é o maior tributário do Rio Javaé que é o formador da Ilha do Bananal. Comentou ainda sobre o interesse chinês na expansão do cultivo de arroz no Brasil, que significa mais um impacto.

**Bianca Mattos (SRHU/MMA)** mencionou sua preocupação quanto ao objetivo da recomendação, que parece não estar claro. Completou dizendo que talvez o melhor a fazer seja voltar-se a dois pontos: o reconhecimento da vazão ambiental como um instrumento que deve ser considerado, e garantir que o processo de licenciamento seja adequado.

**Kleber** pondera para que as informações sobre o uso dito excessivo de pesticidas deva ser comprovado com informações mais técnicas. Completou ainda que algumas atividades de agricultura estão ligadas às populações ribeirinhas.

**Ana Paula** pediu que a recomendação fosse reavaliada, pois a junção de muitos assuntos num mesmo texto pode não ser a melhor estratégia.

**Debora** concordou com a sugestão de tornar a recomendação mais específica.

**Leandro Valentim – SMCQ/MMA** informou que na Secretaria de Mudanças Climáticas foi iniciado um processo, no qual já foram realizadas duas oficinas internas para discutir a questão de adaptação a mudanças climáticas na zona costeira, estão sendo estudados meios de participação da sociedade civil. Informou também que o Fundo Clima, que foi criado por uma lei em 2009, esse ano está no primeiro ano de execução orçamentária, pode representar uma possibilidade interessante de financiamento de ações nessa área, claro que com foco em mudanças climáticas.

**Ana Paula** conduziu os encaminhamentos finais lembrando o prazo de 15 de maio para o envio de contribuições para o Informe Nacional e da finalização da minuta de criação da Comissão Técnica sobre Manguezais que deverá ocorrer por email. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**ANA PAULA LEITE PRATES**  
Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar